

A *invenção* de uma identidade [racial] nacional em textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia

Leandro Belinaso Guimarães (Brasil)

lebelinaso@uol.com.br

Docente Universidade Federal de Santa Catarina

Maria Lúcia Wortmann (Brasil)

Este trabalho é parte da tese de doutorado que venho desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa “Estudos Culturais em Educação”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Ela intitula-se “Um olhar nacional sobre a Amazônia: *apreendendo* a floresta em textos de Euclides da Cunha”. Nesta pesquisa, venho buscando compreender, entre outras coisas, como no início do século XX, no período da Primeira República do Brasil, a partir da viagem desse importante escritor brasileiro à Amazônia (Euclides da Cunha), emerge, em seus textos (derivados de sua imersão e deslocamento pela floresta em 1905), a *invenção* de um sujeito miscigenado (o sertanejo travestido de seringueiro na Amazônia) como o cerne racial da nacionalidade brasileira, único capaz de conectar a floresta ao território nacional, integrando-a a este e permitindo, com isso, sua transformação, sua retirada da condição “desértica” (em palavras do próprio Euclides da Cunha) em que se encontrava.

Antes de adentrar na questão que este texto propõe - como foi possível *inventar* uma identidade nacional a partir de uma raça miscigenada em uma época em que teses deterministas sobre a raça imperavam no Brasil -, gostaria de esclarecer alguns aspectos relativos ao viajante e à viagem aqui em foco.

Talvez seja importante dizer que no ano em que viajou à Amazônia (1905), Euclides da Cunha já era tido como um dos maiores literatos do Brasil, pois sua considerada obra prima: “Os Sertões” havia sido publicada com êxito fulminante poucos anos antes. Neste livro, o viajante imprimira uma escrita que combinou ciência e arte ao tecer considerações minuciosas, repletas de dramaticidade, sobre a saga de Canudos (a qual o escritor acompanhou em seus momentos finais como enviado do jornal “O Estado de São Paulo”), na qual “rebeldes” da população pobre e sertaneja do Brasil, comandados por Antônio Conselheiro, foram massacrados pelo exército brasileiro em razão de uma presumível contestação à República que se instalava no país.

Alguns anos após ter testemunhado a saga de Canudos, Euclides da Cunha viajou à Amazônia como Chefe da Comissão [brasileira] de Reconhecimento do Alto Purus (conjuntamente com uma Comissão do Peru), enquanto funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para sanar dúvidas relativas às fronteiras territoriais da nação (sua viagem definiria a fronteira noroeste do território nacional). Assim, o traçado completo do rio Purus deveria ser descrito e mapeado em sua viagem. Essa era a missão diplomática que estava sob a responsabilidade de Euclides da Cunha. Sem dúvida, outros aspectos articularam-se tornando esse deslocamento pela floresta mais do que uma missão oficial. Através dela o viajante seguiria, também, os rastros que iam sendo compostos pelos sertanejos (sujeitos que foram um dos mais importantes focos de sua atenção em “Os Sertões”), pois que estes migravam em grande número, naquela época, à Amazônia, para trabalhar na extração da borracha. Cabe ressaltar que o Brasil vivia, naquele início do século XX, um *boom* econômico e social devido, exatamente, à exportação deste importante material que possibilitou uma otimização de produtos e equipamentos na indústria mundial.

Feitas essas considerações iniciais que circunscrevem, um pouco pelo menos, o viajante, a viagem e o momento em que esta acontece; passo a marcar aquilo que estará sendo focado neste trabalho. Nele, então, pergunto: como foi possível, naquele tempo, através, por exemplo, dos textos de viagem de Euclides da Cunha, a instituição de uma raça capaz de ocupar, organizar e paulatinamente civilizar-se e, com isso, ir civilizando a floresta, tirando-a do esquecimento, do vazio, do deserto em que se encontrava? Uma floresta que, nas palavras de Euclides da Cunha (1999), estava “à margem da história”. Nesta composição [racial], “outras raças” à época foram *inventadas* como incapazes desse feito, ou, então, como simplesmente fadadas a um extermínio “natural”. Quais são as condições que possibilitaram essa *invenção*?

Na escrita *euclidiana* é possível enxergar em operação uma prática representacional que busca instituir uma identidade racial (o sertanejo) através da produção de um estereótipo que “reduz as pessoas a umas poucas características simples, essenciais, que são representadas como fixas pela natureza” (Hall, 1997, p.257). Nesta acepção, o estereótipo é entendido como produtor de efeitos “essencializantes”, “reducionistas” e “naturalizantes”. Através do estereótipo, diferentes povos indígenas e povos negros puderam ser tomados como homogêneos e serem posicionados em um lugar de inferioridade na escala das raças da época. Quanto mais próximos à natureza, e como as raças negra e indígena estão com frequência associadas a ela, mais inferiorizados são os seres humanos detentores de tais raças, mais próximos eles estão, inclusive, dos animais também vistos como naturalmente selvagens. Uma prática representacional que lida com a produção do estereótipo também está em operação na *invenção* do sertanejo. Este é homogeneizado, tomado como único e suas características são construídas como naturais (como imanente à raça). Porém, há outras práticas envolvidas na *invenção* da raça sertaneja. E mesmo que essas tenham estado operando, na escrita *euclidiana*, práticas representacionais que criam estereótipos (o caráter homogêneo e natural da raça sertaneja, por exemplo), houve um processo de subversão e deslocamento dos binarismos e dos dualismos que são fundamentais à produção do estereótipo. Sem o pólo da natureza em oposição à cultura, não é possível marcar raças inferiores e raças superiores com muita facilidade, não é possível reduzir as identidades raciais e étnicas (sempre provisórias, contingentes e não-necessárias) a apenas alguns traços físicos diferenciais com efeitos tão profundos nos modos de estar no mundo.

A associação entre raça e natureza remonta, no mínimo, à própria emergência da Modernidade. O iluminismo “colocou as sociedades numa escala evolucionária desde a barbárie à civilização” (Hall, 1997, p. 239). Ao colar à raça a natureza, a Modernidade instituiu o binarismo no qual em um dos pólos está o primitivo e a natureza e, no outro pólo, a cultura e a civilização. Como nos ensinou Thomas Kesselring (2000), na Idade Média o homem ocupava um lugar no interior da natureza, enquanto Deus estava fora e era anterior a ela. Porém, na Idade Moderna, o homem passou a ocupar o lugar de Deus, começou “a assumir uma posição externa à Natureza, uma posição quase divina” (p. 161). Dessa forma, a natureza passa a ser objeto da ciência humana, da sua manipulação. Ao colar à raça a natureza, o movimento iluminista passa, além disso, a qualificar o homem (e a razão humana) que, agora, ocupa o centro do mundo: trata-se de homens brancos, ocidentais e europeus.

Tal conformação binária está em operação nos escritos amazônicos *euclidianos*. Os negros e os índios são ligados ao eixo da natureza, sofrendo, com isso, um processo de naturalização, e, nessa conformação, são construídos como inferiores e fadados à degeneração. A raça branca também é naturalizada quando associada ao eixo da civilização e da cultura, ou seja, ela é naturalmente tomada como superior. Porém, o sertanejo, mesmo que também ligado à natureza e não à civilização é tido, apenas, como, ainda, em estado bruto (ainda um rude), mas plenamente civilizável (porque, entre outras questões, já teria sido aculturado). Mesmo localizando o sertanejo no pólo da natureza, ele é dotado de positividade por dois motivos centrais: por incluir sangue branco (naturalmente propício à civilização e à cultura) e por incluir sangue indígena essencialmente, genuinamente e, naturalmente, produzido no território brasileiro.

Dessa forma, mesmo que as práticas representacionais em jogo na Modernidade marquem um binarismo entre natureza e cultura, os textos *euclidianos*, embora ainda inscritos nestas práticas dualistas, subvertem o binarismo e dotam o sertanejo (inscrito no pólo da natureza) de positivities, ou seja, menos como podendo sair de um pólo e ser inscrito no outro (no pólo da civilização), e mais como sendo capaz de congregar, misturar, tornar híbridos tais pólos, inclusive dissolvendo-os.

Gostaria de destacar esse esforço de *invenção* de uma raça “pura”, mas marcadamente constituída pelos processos de mestiçagem. Tais processos (de fabricação do sertanejo) foram vistos como articulados pela raça branca a uma raça indígena configurada como tendo emergido e se constituído em solo brasileiro. Estes são os atestados de “pureza” à miscigenação sertaneja construída como uma raça capaz de ocupar, transformar e civilizar a floresta tropical. Não se pode mais facilmente diferenciar as raças que seriam “puras” das raças que seriam “sujas” e “misturadas”. Um gradiente racial facilmente separável e hierarquizável passa a não ser mais plenamente possível. Os negros continuavam, sim, em seus lugares de inferioridade e os índios também permaneciam fadados ao desaparecimento. Porém, os mestiços não ocupavam mais o pólo do “sujo” em detrimento do “limpo”; do “misturado” em oposição ao “puro”; da “inferioridade” em antagonismo a “superioridade”; da “natureza” em contraposição a “civilização”. O sertanejo passava a ser ao mesmo tempo sujo e limpo, misturado e puro, inferior e superior, natural e civilizável (mesmo que esse fosse um atributo ainda a ser conquistado). Tais polaridades sofrem, então, uma certa confusão de suas fronteiras até então muito bem estabelecidas. O sertanejo vai sendo produzido como um sujeito capaz de sair do

pólo da natureza e de se inscrever em um outro lugar que não, simplesmente, no pólo da civilização, até por ser visto como uma mistura desses elementos – o resultado de um processo de hibridação como chamaria Néstor Garcia Canclini (2003).

Há uma re-significação daquilo que poderia ser visto como uma raça “pura”. A raça sertaneja vai se instituindo, então, como “puramente” brasileira. É o caráter nacional que agora emerge atestando a “pureza” da raça (que poderia, inclusive, ser mestiça). Importava, sobretudo, qual era a raça indígena que estava contemplada na conformação, na miscigenação, racial sertaneja. Era imprescindível naquele momento marcar o atributo genuinamente, absolutamente, nacional, para definir o que era territorialmente brasileiro em tal formação. O Brasil poderia, enfim, orgulhar-se dos processos de miscigenação intercultural que o constituíam enquanto nação. A República do Brasil, através dessa *invenção*, poderia assumir-se positivamente como uma nação miscigenada. A floresta, enfim, lugar de fabricação de raças degeneradas e primitivas, poderia ver florescer em seu seio, uma raça que ao civilizar-se inscreveria a região no país e o país no mundo – operando-se um processo de desencantamento da floresta pela modificação de seu território, agora capaz de ser mais produtivo e integrado ao progresso econômico e cultural do país. Agora, sim, finalmente, a Amazônia poderia ser nacionalmente vista como “encantada”.